

DÍVIDA, DESENVOLVIMENTO E MEIO-AMBIENTE

A. - A América Latina está passando por sua pior crise sócio-econômica desde a Grande Depressão; por trás da crise do débito surge o espectro de uma profunda crise de desenvolvimento de natureza estrutural e a longo prazo

A despeito de uma fraca recuperação das economias latino-americanas em 1984, as desanimadoras perspectivas para 1985 confirmam que a região continua imersa em sua pior crise econômica desde 1930. O PNB per capita da América Latina baixou, em 1984, para quase 9% a menos que em 1980, equiparando-se ao de 1976. Aparentemente, os anos 80 se transformarão na Década Perdida da recente história econômica da América Latina.

A tendência descendente do PNB per capita nos anos de 1981 a 1984 atingiu proporções dramáticas em muitos países (ver Tabela I). Assim, durante o período citado, o PNB per capita caiu em quase 22% na Bolívia e em El Salvador; sofreu uma redução de cerca de 16% no Uruguai, na Venezuela e na Guatemala; desceu entre 13 e 14% no Perú e na Costa-Rica; caiu em 12% na Argentina, Haiti e em Honduras; e, baixou para 11% no Chile e para 9% no Brasil.

O impacto da presente crise latino-americana pode ser comparado, em profundidade e extensão, à Grande Depressão de 1929-1932. Há, entretanto, uma diferença fundamental. Enquanto a Depressão afetou sociedades primitivas e rurais, a que ocorre agora afeta sociedades relativamente modernas, urbanas e é caracterizada por uma densa concentração de população e de atividades econômicas e sócio-políticas nas metrópoles. Um de seus mais terríveis indicadores é a abrangência do desemprego urbano declarado que, podemos mencionar, afeta algumas das maiores concentrações urbanas do mundo. Como mostra a Tabela 2, o desemprego urbano aumentou subitamente, entre 1979 e 1984, em todos os países que fornecem tais dados. Exceto pelo Brasil e pelo México, onde tal aumento foi relativamente modesto, a taxa de desemprego urbano dobrou na Argentina, Bolívia, Uruguai e Venezuela, cresceu consideravelmente na Colômbia, em Costa-Rica, no Chile, Paraguai e Perú. Os números podem não parecer significativos, dados os altos níveis de desemprego que prevalecem nas economias européias. Mas há pelo menos três fatores fundamentais de agravamento. O primeiro é que os pobres da América Latina não puderam formar um acervo de bens duráveis; em segundo lugar, há pouco ou nada a receber da Previdência Social, ou do Seguro Desemprego, que compense pela falta de trabalho; e, por último, o aumento de desemprego se soma e agrava as enormes taxas de sub-emprego urbano e rural.

Um outro fenômeno que atinge as populações urbanas com especial intensidade, principalmente no caso de trabalhadores desempregados e setores marginalizados, é a inflação. As taxas de inflação atingiram uma incrível aceleração na Argentina e, acima de tudo, na Bolívia; continuam elevadas no Brasil e no Peru. A taxa de aumento de preços também cresceu rapidamente, ainda que partido de níveis diversos, em países como o Uruguai, a Nicarágua, a Jamaica, o Paraguai, a Costa-Rica, a Venezuela e a República Dominicana. Contrastando com esse quadro, a inflação sofreu uma queda no México, ainda que permaneça alta em termos históricos e comparativos; caiu bastante no Equador; permaneceu relativamente estável no Chile e na Colômbia, tendo apresentado queda sensível em El Salvador, Haiti, Honduras, Barbados e Panamá (ver Tabela 3).

Como decorrência disto, houve um sério declínio do valor real dos salários que, em muitos países, são inferiores aos níveis que haviam sido atingidos há 15 anos passados. Também houve uma deterioração - em alguns casos gravíssima - das condições de nutrição, saúde e habitação, como resultante de ambos fenômenos citados acima e, adicionalmente, dos cortes drásticos de investimentos básicos e gastos sociais. As graves tensões e os conflitos sociais e políticos que caracterizam a América Latina nos anos recentes não podem, assim, se constituir em surpresa para quem quer que seja.

A despeito de enormes custos em termos econômicos, sociais e políticos que são gerados pela crise em todas as nações latino-americanas, muitos burocratas, homens de negócios, acadêmicos e políticos de vários pontos da América Latina parecem não ter ainda se compenetrado plenamente das catastróficas possibilidades que se aninham na situação vigente. Parece, na verdade, que persiste uma espécie de inércia mental, apoiada pela imprensa oficial e financeira inerentemente otimista, que ainda navega na crista da onda do excepcional período de crescimento econômico dos anos 50 e 60 e, do surto financeiro dos anos 70.

O desenvolvimento e as políticas de dívida externa de décadas passadas agravaram, em nossos países, suas já tradicionais condições de extrema dependência e vulnerabilidade em face de um sistema econômico internacional cada vez mais estagnado e instável. Assim, as crises econômicas internas levaram a políticas gravemente restritivas como reação contra a recessão, políticas que visam equilibrar as contas externas e manter aberta a economia. Longe de aliviar as crises de desenvolvimento, essas políticas as exacerbam ainda mais.

Tais políticas tomaram a forma de severas restrições monetárias e financeiras e de diminuição dos gastos públicos, que levaram a uma queda dos níveis de renda e dos gastos do setor privado. A contenção de despesas foi mais marcante no setor mais flexível e variável de investimentos e, no setor das construções. Como já foi dito, isso gerou um enorme aumento do desemprego, dos níveis de subemprego e da marginalização, além da queda real dos salários e receitas, particularmente nas camadas menos privilegiadas. Resultou, ainda, na suspensão dos pagamentos por serviços públicos - água, esgotos, coleta de lixo, eletricidade, combustíveis, telefone, etc. - bem como em atraso do pagamento de aluguéis e do serviço da dívida habitacional. Da mesma forma, temos uma considerável defasagem no pagamento de impostos municipais e estaduais, das taxas e de encargos.

Tudo isso aumenta o déficit fiscal o que, por sua vez, leva à redução dos gastos públicos, especialmente no que concerne aos investimentos e serviços sociais - que são mais facilmente cortados do que as despesas correntes, principalmente o salário do funcionalismo.

Estamos na presença de um verdadeiro círculo vicioso recessivo, predominantemente urbano em suas manifestações, concentrado principalmente nas áreas metropolitanas que requerem maiores níveis de recursos financeiros para que possam funcionar.

A combinação de fatores externos, como os que enumeramos acima, e dos drásticos ajustes internos que basicamente se traduziram em significativa queda das importações, recentemente levaram a uma alteração do grande fluxo de financiamento externo que caracterizou os últimos cinco anos da década anterior, para uma posição em que a América Latina "exporta", ou transfere grandes somas de recursos líquidos para os países desenvolvidos; essas transferências atingiram um nível aproximado de 80 bilhões de dólares entre 1982 e 1984, o que representa cerca de 25% do total exportado pela região no mesmo período (Ver coluna 3 Tabela 4). Mesmo assim, a dívida externa continua a aumentar, estando agora por volta de US\$ 360 bilhões, devendo crescer ainda mais (Ver Tabela 5) e, somente o serviço da dívida chegou a mais de 35% das exportações do período 1982 a 1984.

Um dos motivos para o fracasso em tomar consciência da gravidade da situação é a crença que ela deverá melhorar em breve, que rapidamente retomaremos a "normalidade" das décadas passadas. Mas, uma perspectiva realista de forma alguma irá

confirmar tal expectativa. A deterioração das condições a longo prazo para o crescimento das economias industrializadas e da economia internacional é de tal ordem que não poderemos esperar um retorno às taxas de crescimento ocorridas nas décadas do após-guerra.

As condições que prevalecem no comércio internacional, no campo dos investimentos e, principalmente, nas finanças internacionais tampouco são propícias no que tange aos países em desenvolvimento. Sobre tudo isso paira o sombrio espectro da dívida externa, cujo serviço compromete seriamente as possibilidades, mínimas que sejam, de desenvolvimento das nossas economias. As projeções mais otimistas mal permitem que pensemos num retorno aos níveis de atividade econômica que prevaleciam antes da crise, pelo menos até o fim desta década.

Para melhor compreensão da gravidade da crise atual, é importante não esquecer que ela é a culminação de várias décadas de excepcionais condições para crescimento econômico, de uma abundância de recursos financeiros internos e externos, tanto públicos quanto privados, de altos investimentos e gastos, principalmente nas áreas urbanas e sobretudo nas metrópoles. Que esperança poderemos ter para o futuro, então, quando há problemas de desemprego, de pobreza, de desigualdade, especialmente nas cidades, sabendo que tudo se irá tornar mais difícil, que as crises se aprofundam em tais circunstâncias e, que os recursos públicos e privados, internos e externos, manter-se-ão, com toda a probabilidade, nos baixos níveis atuais, sem qualquer perspectiva de aumento e com a possibilidade de maiores reduções?

Sob tais condições, tornou-se totalmente inviável um elevado acúmulo de capital, condição básica para o crescimento e para a possibilidade de desenvolvimento. O serviço da dívida não significa somente a obtenção de um superávit substancial nas contas correntes externas mas, também, de uma significativa proporção de poupança interna que deve ser transferida para o exterior. Isso vem gerando problemas de transferência, i.é, a conversão da poupança interna em moeda forte. Esse é o problema que gera tantas preocupações com as questões de finanças e de comércio internacional que se apresentam na literatura como o problema da dívida. Mas, há ainda outros problemas: como gerar a poupança interna necessária para compensar o superávit externo? Aqui temos três facetas de crucial importância.

Anteriormente, a poupança interna era complementada - e em alto nível - pela poupança externa (e pelo correspondente déficit na conta corrente), de forma a

atingir um nível de investimento que permitisse a esses países tão considerável crescimento. Para manter esse nível de investimentos, a poupança interna deveria aumentar não somente a nível igual, mas bem superior, já que precisaria, também, financiar a poupança adicional necessária para compensar pelo serviço da dívida (o equivalente ao novo e necessário superávit externo na conta corrente). Isso implica em um aumento da taxa média de poupança interna de um nível inferior, para outro muito superior à taxa de investimentos. E, por sua vez, isso significa que deve haver um aumento da taxa de poupança marginal que é tão elevado a ponto de parecer impossível a curto, e mesmo a médio prazo.

O segundo aspecto é que o considerável esforço para a poupança que esses países devem fazer tornaria o serviço da dívida externa totalmente incompatível com uma política de ajuste recessivo, a qual reduz a renda pessoal, os lucros comerciais, e as receitas governamentais - portanto, a fonte da poupança. Em outras palavras, há uma contradição econômica fundamental nas atuais políticas de serviço de dívida e reajuste recessivo, a não ser que haja uma melhoria impressionante das condições externas (um declínio grande das taxas de juros, o crescimento de países industrializados, a diminuição do protecionismo, melhores condições de negócios, novos fluxos de capital privado, novos fluxos a longo prazo de financiamento privado e público em termos de concessões), ou então uma moratória referente ao serviço da dívida que prevaleça por um período de tempo substancial e que seja acordada entre as partes (é necessário esse acordo, para evitar maiores deteriorações dos países devedores no ambiente internacional).

O terceiro fator a ser considerado é o que mais forte e urgentemente tem sido apresentado, especialmente pelos líderes políticos dos países latino-americanos, a contradição sócio-política. A manutenção de níveis estagnados de atividades econômicas, que ficam bem aquém da capacidade plena, com altas taxas de desemprego e de sub-emprego, com a queda do salário real, com a deterioração de gastos e serviços sociais, e aumento da pobreza, está se tornando absolutamente incompatível com a existência de democracias estáveis. Ou, nesse caso, com a existência de quaisquer tipos de regimes políticos estáveis.

B. - A crise induz uma tendência de retrocesso da prioridade relativa das questões ambientais e, ao mesmo tempo, gera um aumento da pressão exercida sobre os recursos naturais do meio-ambiente.

Apesar do significativo aumento ocorrido nos últimos anos quanto à conscientização e preocupação do público com as questões ambientais, o meio-ambiente jamais foi uma área prioritária para atuação governamental. Como decorrência da crise há, agora, uma nítida tendência para rebaixar sua importância para um nível bem inferior. Isso ocorre dentro de um contexto de instituições ambientais fracas, onde não há qualquer tradição ambiental. E, o que ainda prevalece é uma ótica que coloca as questões ambientais como antagônicas ao desenvolvimento, especialmente no caso de alguns círculos muito poderosos, como aqueles que mais de perto se relacionam com programas e projetos desenvolvimentistas de grande porte. Nem nos círculos oficiais, nem nos privados, há qualquer consenso para implementação do gerenciamento ambiental dentro de certos moldes institucionais e jurídicos, os quais sejam universal e explicitamente aceitos.

Portanto, em muitos casos, a crise pegou as questões ambientais em uma situação de indefinição institucional. Quase sempre, as questões ambientais estão afeitas a níveis intermediários da administração pública - há longos anos - sem conseguirem acesso à cúpula do processo decisório. E, quando foram criadas instituições especificamente voltadas ao meio-ambiente (ministérios, secretarias, sub-secretarias, agências e instituições assessoradas por comissões ecológicas nacionais, etc.), tais instituições não receberam suficiente poder administrativo e político.

Assim, não nos surpreende que, em vista das restrições orçamentárias geradas pelas severas reduções de gastos públicos, as instituições ambientais estejam sendo prejudicadas. As verbas orçamentárias sofreram enormes reduções, o pessoal está sendo remanejado, os especialistas despedidos e isso afeta o gerenciamento do ecossistema, a monitoria e redução da poluição, o controle da desertificação, a educação ambiental, a pesquisa sobre tecnologia endógena e sistemas bioprodutivos, etc., afetando, também, o "status" e operações básicas dessas instituições. Os que planejam as políticas econômica e financeira, que se encontram sob grande pressão como decorrência da crise, frequentemente deixam de considerar pedidos para dotação de recursos para a proteção e melhoria do meio-ambiente.

Este fenômeno vai além dos problemas puramente formais e institucionais. Na medida em que não se encontram "antídotos" adequados e oportunos, a possibilidade de qualquer ação ambiental significativa será abafada pelo enfoque econômico e financeiro a curto prazo, que tem maiores atrativos políticos e é, por isso, mais desejável. A maioria dos sucessos obtidos nessa área, em nossa região e desde a Conferência de Estocolmo, estaria perdida ou colocada em sério risco.

→ Relativamente ao segundo efeito, i.é, o aumento constante das pressões exercidas sobre os recursos naturais e o meio-ambiente, precisamos considerar dois processos diversos. De um lado, tem havido um aumento avassalador dos níveis de pobreza causados pela recessão e pelas políticas de ajustamento, como dissemos acima. Isso quer dizer que ocorre um aumento da super-exploração da terra pelo homem do campo. Fenômenos bem conhecidos, como o desmatamento, a erosão, a desertificação, a degradação do ecossistema, o solo exaurido, a sedimentação das bacias hídricas, a perda de recursos de fauna e flora, etc., sofrerão uma escalada.

→ Pelo outro lado, esse processos induzidos pela pobreza foram, e serão, agravados ainda mais pelos grandes desafios que as economias latino-americanas devem atualmente encarar; como produzir mais divisas externas para cobrir o serviço da dívida e, mais alimentos para suprir a crescente demanda da população. Na maioria dos casos, a resposta tem sido não apenas a modernização da agricultura, mas também a "colheita" de recursos minerais, marítimos e agro-florestais, o que enfatiza os acima referidos processos de deterioração da base ambiental de recursos.

Os efeitos ambientais da crise também são visíveis no setor urbano. Primeiramente, houve o aumento da migração rural, o que aumentou o número dos carentes urbanos. Além disso, um desemprego maior, salários reais menores, e um nível reduzido e pior qualidade dos serviços sociais agravaram, e muito, a pobreza urbana. Tudo isso implica em maior pressão sobre o solo urbano, em atividades informais, habitação, serviços de saúde, infraestrutura urbana, etc., bem como em grave deterioração da qualidade de vida. O empobrecimento nos centros urbanos também implica, portanto, em uma deterioração do meio-ambiente criado pelo homem.

A maior parte dos problemas ambientais citados acima já existia antes da grave crise dos últimos anos. Assim, são matéria de conhecimento público, apesar da necessidade que ainda existe de maior quantificação e monitoria sistemática das mudanças recentes. Não irei discutir esse assunto em maiores detalhes, quero somente enfatizar que a crise agravou esses processos e que eles continuarão a piorar se não houver uma conscientização efetiva da impossibilidade de vencer a crise fácil e rapidamente, e que por isso é necessário estabelecer novas estratégias e políticas.



- c. Como lidar com os riscos e problemas ambientais derivados da crise. É urgentemente necessário reformular o discurso ambiental de modo a conceber e elaborar uma estratégia ambiental que tenha credibilidade e seja relevante face à situação atual particularmente desfavorável das condições políticas e econômicas. A abordagem da mobilização dos recursos.

A crise tornou evidente que embora a necessidade de se proteger o ambiente contra os problemas tradicionais de deterioração e esgotamento continue válida como objetivo, os responsáveis pelas decisões de administração ambiental deveriam evitar atitudes negativas diante das necessidades de reativação da economia e de crescimento. Se um comportamento puramente defensivo e conservacionista for mantido, corre-se o risco de que os governos, sobrecarregados pelas durezas da crise, descartem totalmente o assunto de suas preocupações. Uma abordagem defensiva poderia também levantar as suspeitas da população, que necessita desesperadamente oportunidades de renda e emprego. O fato de que se trata mais do que uma simples especulação em cima de um cenário teórico foi comprovado pelo retrocesso já mencionado sofrido pela posição ambiental no âmbito institucional nacional da maioria dos países da região. Também ficou comprovado pelo fato de que a maioria dos partidos políticos, dentro de um contexto de democracias emergentes e/ou instáveis, defrontados com as pressões da demanda urgente, não deram prioridade alguma aos problemas ambientais em suas plataformas partidárias.

O que eu gostaria de sugerir, então, é que o meio ambiente natural e artificial sejam considerados como um patrimônio social, cuja potencialidade deve ser explorada, levando em consideração a necessidade de uma distribuição dos serviços que pode gerar. É possível encarar o assunto dos recursos ambientais, os recursos dados pela natureza e os construídos, como uma maneira de estabelecer a ligação entre as políticas econômicas a curto prazo e a necessidade de políticas de desenvolvimento a médio e longo prazo. Ou seja, o que eu estou sugerindo é que encaremos a crise como uma oportunidade. Uma oportunidade para a mobilização de recursos de tal forma que propicie uma mudança no estilo de crescimento, tendo em vista a satisfação das necessidades essenciais da população e a instauração de um processo de desenvolvimento sustentável, ou "consciente".

Para que tais questões sejam abordadas de modo positivo, é necessário fazer a distinção entre os fluxos e os importantes recursos humanos e naturais, e o patrimônio produtivo que foi adquirido ou construído ao longo dos anos. Em outras palavras, enfocando de maneira muito mais ampla os três fatores clássicos da produção: mão de obra, terra e capital, devemos reconhecer que as capacidades produtivas e as condições sócio-políticas e administrativas dos países da América Latina atingiram níveis bastante elevados em muitos casos, e não podem nem devem ser deixados inativos por muito mais tempo devido à pressão externa. A situação deve ser abordada a partir de uma visão da economia política, que tem a vantagem de poder estabelecer ligações entre as aptidões sócio-culturais e políticas acumuladas bem como os recursos naturais de espaço e de meio ambiente, e a capacidade produtiva acumulada. Constitue ainda uma ponte para ligar o desenvolvimento a médio e longo prazo com os fluxos anuais e políticas a curto prazo. Estes últimos preocupam-se sobretudo com o equilíbrio da macro-economia: os indicadores fiscais, monetários, externos, de emprego e da renda e suas implicações e restrições sócio políticas. Em nossa crise atual, o sério desequilíbrio externo nos fluxos a curto prazo de renda e despesas, exige uma restrição significativa das importações porém leva a uma sub-utilização pronunciada do potencial do patrimônio sócio-cultural, natural e de produção. Isso significa que estamos em presença de um potencial considerável, em termos de recursos reais que podem ser mobilizados (culturais, organizacionais, materiais) na medida em que essa mobilização possa se livrar ao máximo da dependência das importações. Isto não contradiz o fato mencionado em nossa secção A, de que todos esses recursos aos quais os pobres tem acesso tendem a ser super-explorados.

D. O enfoque da mobilização de recursos ajuda a esclarecer o problema levantado pela passagem do estado do reajuste recessivo para um de expansão e a transição para um desenvolvimento sustentado conscientemente.

O reajuste recessivo compreende a manipulação dos instrumentos de política econômica a curto prazo de modo que a demanda agregada seja limitada. Os gastos públicos são cortados, investimentos reduzidos, salários rebaixados, a expansão da moeda é limitada e a moeda nacional desvalorizada. Uma das metas principais dessas políticas é induzir a redução das importações através da contração da renda nacional. Independente do maior ou menor sucesso que tais medidas possam ter, existem efeitos colaterais extremamente negativos na acumulação, produção, salários, empregos e na utilização dos patrimônios acumulados socialmente.

Ao invés de reduzir de maneira unilateral a renda global, a demanda e as importações, uma estratégia de reajuste expansionista combinaria uma política de renda e demanda que fosse seletivamente retritiva, com uma política igualmente seletiva baseada nos recursos e orientada para as necessidades reais, tirando proveito dos bens produtivos que permanecem ociosos. A idéia é mudar a composição da oferta e demanda agregada, de modo que se atinja um ajuste mútuo com um componente de importação bem menor e uma maior eficiência no uso dos patrimônios acumulados.

Ao passo que as políticas de demanda recessivas contam com o mercado e com as políticas macro-econômicas agregadas, sendo os efeitos regressivos amplamente conhecidos devido à distorção da estrutura de poder e renda, uma política expansionista seletiva, baseada nos recursos e orientada para as necessidades, conta com a intervenção estatal. Na medida em que essa seletividade e esse planejamento visam uma partilha equitativa dos custos e benefícios, também proporciona a base para uma aliança política de caráter democrático, dessa forma reforçando os processos políticos que estamos presenciando nessa região .

E. A abordagem sugerida é viável e implica na possibilidade de se mudar, gradativa porém firmemente, o estilo predominante de desenvolvimento na região, o qual originou a maioria dos seus problemas ambientais.

O conhecimento da macro-economia e as experiências e propostas sócio-políticas, juntamente com um conhecimento mais detalhado a nível de setor e projetos, permitem a formulação de propostas concretas para reajustes expansionistas, incluindo medidas específicas e programas de ação seletivos. Estes abrangem programas de produção e sociais, tanto urbanos como rurais, para a pequena e média empresa, assim como programas visando alívio da pobreza, pleno emprego, geração de exportações e substituição das importações, satisfação das necessidades básicas, etc. Também deve incluir o programa macro-econômico correspondente com os seus componentes seletivos relativos à demanda, tributação e gastos públicos, créditos, subsídios e outras políticas do setor público.

→ Algumas dessas atividades de baixo custo e grande utilidade para a geração de emprego e a organização social em resposta à situação de crise estão sendo atualmente implementadas, tanto por órgãos governamentais como não-governamentais. Sugerem uma crítica ao estilo predominante de crescimento ao passo que buscam restaurar a importância de um processo de trabalho visando a satisfação de necessidades essenciais e revitalizando a força de trabalho, a base ambiental e de recursos naturais, e outras potencialidades sub-utilizadas, procurando utilizar menos os fatores escassos tais como capital e moeda estrangeira. Além do mais, tais atividades dão lugar a um estilo diferente de crescimento e a uma identidade cultural mais revigorada e mais aberta, como resultado da multiplicidade de elos que os ligam com um contexto geográfico e de recursos bem determinado, com a experiência diária, com o conhecimento e a cultura local e também com as relações do ecossistema, com uma abordagem a longo prazo e os requisitos de um desenvolvimento científico e tecnológico.

No entanto, tais oportunidades não serão aproveitadas automaticamente em escala suficiente: pelo contrário, tais medidas tendem a ser adotadas estritamente dentro de uma conjuntura de emergência e em circunstâncias parciais e "ad-hoc". Por conseguinte, é vital, como já dissemos, tirar proveito do período de crise que começou em 1982, para iden

↙ tificar e estimular o tipo de políticas citadas e, acima de tudo para encorajar essas situações que ampliam e sustentam a reorientação do processo trabalhista, tornando mais aguda a conscientização e a percepção dos elos múltiplos que foram mencionados.

↙ A particularidade geográfica local é uma das características principais dessas atividades, e assim sendo o problema do desemprego, e da conservação, proteção e melhoria do meio ambiente não pode ser tratado em termos meramente abstratos. Pelo contrário, tais problemas devem ser tratados com referência a localizações concretas. Portanto, a atividade pública deve ser direcionada para o tipo de problemas que oferecem uma boa oportunidade para a descentralização e a participação comunitária, que são questões do maior interesse e constituem a prioridade na busca de um planejamento e de sistemas decisórios democráticos.

Embora a crise possa desencadear um movimento deste tipo como resposta imediata a problemas urgentes, é necessário considerar essas atividades como um ponto de partida para programas mais permanentes e adequadamente financiados e institucionalizados. Sobretudo se considerarmos que tais atividades tratam com necessidades essenciais que tem sido sistematicamente deixadas ao abandono.

A este respeito, uma área prioritária para o reajuste e o redirecionamento, conforme indicado anteriormente, é a que se relaciona com os padrões de investimento e de consumo, bem como as opções no campo da tecnologia e do gerenciamento dos recursos. Seria inevitável limitar fortemente, porém de maneira seletiva, todo tipo de demanda e tecnologia que de maneira direta ou indireta envolve um componente importado e proceder à sua substituição por bens e serviços, tecnologias e projetos baseados na utilização de recursos humanos e materiais locais e nacionais.

Todas essas orientações sem dúvida resultam em um maior uso e maior pressão sobre o meio ambiente. Portanto a expansão, conservações, manutenção e proteção ambiental pode trazer uma contribuição essencial à melhoria do padrão de vida, do nível de emprego e da produtividade.

Isto necessariamente implica em maior conhecimento do potencial do meio ambiente, das condições do ecossistema para sua exploração e das fórmulas mais eficientes de gerenciamento de modo que as oportunidades possam ser usadas com eficácia. Porém ao mesmo tempo, a degradação ambiental e o esgotamento dos recursos devem ser evitados através de um gerenciamento ambiental sensato e a sustentabilidade do processo a longo prazo deve ser assegurada. Tudo isso significa que qualquer estratégia de desenvolvimento futura deve dar prioridade às questões dos recursos naturais e da tecnologia, adotando uma perspectiva ecológica a longo prazo.

A ênfase dada à mobilização ambientalmente sensata dos próprios recursos nos países Latino americanos compreende a necessidade de uma diferenciação maior do que no passado, não apenas entre os países, mas também entre as regiões dentro de cada país. Requer um nível de abstrações mais pragmático e mais realista das estratégias de desenvolvimento, de modo que se tenha uma percepção mais concreta quanto à disponibilidade real em recursos naturais, tecnologia, considerando o tamanho do país e sua posição geográfica, a relação entre população e recursos, a situação energética, o grau e as características de urbanização, etc. Isso significa que as novas estratégias de desenvolvimento serão necessariamente diferentes para países que apresentam marcantes diferenças nesses aspectos; também significa que tais estratégias, se implementadas em um país determinado irão levar em consideração os aspectos regionais e espaciais, inclusive a questão urbana e rural, uma vez que cada país é constituído por um mosaico heterogêneo de condições ambientais.

Os requisitos anteriores implicam em grandes desafios aos planejadores, à sua metodologia de planejamento e aos instrumentos e aplicação do planejamento em todos os níveis e setores. A capacidade operacional deve ser criada de maneira a considerar os aspectos do meio ambiente natural e artificial e as características do ecossistema como recursos escassos e com utilizações alternativas; que podem ser melhorados, reproduzidos, destruídos e/ou esgotados dependendo de como forem tratados; e que estão inter-relacionados entre si e com as atividades humanas de maneira complexa e múltipla.

F. As principais deficiências no programa da Comissão Mundial: o seu negligenciamento da crise, o seu enfoque defensivo e direcionado para os problemas e a sua referência um tanto marginal e implícita em questões do estilo de desenvolvimento.

Como pode ser observado pelos argumentos anteriores, concordo plenamente com o conceito de "uma relação de apoio mútuo entre o meio ambiente e o desenvolvimento" afiançado pela Comissão Mundial (WCED) como uma de suas perspectivas comuns. Também concordo com as questões principais da Comissão, a sua crítica do programa de trabalho padrão e com a maioria das vantagens avançadas em favor de um programa de trabalho alternativo. Portanto, não irei insistir nesses aspectos, que considero altamente positivos. Mas gostaria de sublinhar o que vejo de insuficiente nesse programa alternativo.

Uma deficiência é negligenciar a questão da crise de endividamento e desenvolvimento na América Latina, que certamente terá influência nas preocupações e nos problemas ambientais futuros. Do que foi dito anteriormente, é evidente que é impossível se ter uma idéia da evolução dos problemas ambientais da região se não se levar em conta a crise, nem seria possível pensar em qualquer estratégia de desenvolvimento viável.

O segundo problema é o fato de que, embora o programa de trabalho alternativo supostamente deva substituir o programa padrão, naquele ainda há resquícios de uma ênfase ou abordagem direcionada para os problemas. Enquanto propõe uma mudança no enfoque "reação e cura" para uma estratégia de "previsão e prevenção", e das políticas de "acrescentar" para as políticas de "construir", o novo programa de trabalho ainda é direcionado para evitar quase os mesmos problemas que o programa padrão pretendia curar. Portanto, a proposta da Comissão Mundial, de integrar os órgãos de elaboração de políticas ambientais nos órgãos de planejamento e execução, corre o risco de transferir para estes últimos a imagem de que as considerações quanto ao meio ambiente são "obstáculos ao desenvolvimento".

Isso me leva a insistir no aspecto da problemática ambiental que raramente é considerado como tal, mas é fundamental para a abordagem sugerida de mobilização dos recursos: a existência de uma grande variedade de recursos ambientais não utilizados, sub-utilizados, não detectados e sub-dimensionados, particularmente nas atuais circunstâncias recessivas. O reconhecimento explícito desse aspecto como problema fundamental na América Latina implica em enfatizar muito mais as potencialidades proporcionadas pela mobilização e uso dos recursos de base ambientais e naturais para a satisfação das necessidades presentes e futuras. Isto não é apenas verdade em relação à base de recursos ambientais, mas também em relação ao patrimônio sócio-cultural e de capital fixo.

Como já mencionamos, juntamente com o enfoque preventivo e de prevenção, isso significa uma estratégia ambiental positiva, ao invés de apenas reativa e defensiva, sem desprezar as condições ecológicas para seu sustentamento contínuo. Tal estratégia deveria ter muito mais credibilidade, importância e poder de influir as autoridades e os executivos governamentais preocupados com os "setores produtivos" cujos critérios, quer queiramos quer não, continuarão a ter uma influência decisiva nos padrões de desenvolvimento e, particularmente, no caminho de saída para a crise.

Portanto, sem desprezar os problemas ambientais geralmente reconhecidos que podem derivar de medidas anti-crise, um grande esforço é necessário no sentido de tirar proveito das oportunidades que a própria crise apresenta de maneira a privilegiar políticas de mobilização dos recursos concebidas dentro de um critério de administração ambiental adequado, e buscando um processo de desenvolvimento justo e conscientemente sustentado. Tudo isso significa uma mudança fundamental no estilo de desenvolvimento que prevaleceu na América Latina desde o período pós-guerra. Tanto a necessidade de mudanças quanto a importância do estilo predominante de geração da maioria dos problemas ambientais constituem quase não-temas no Programa de Trabalho alternativo da Comissão Mundial. No entanto, é preciso reconhecer que algumas das diretrizes incluídas nos exemplos dados ao analisar as questões principais a serem tratadas pela Comissão, compreendem implicitamente uma mudança de estilo. A importância desse aspecto, no entanto, merece uma consideração explícita e destacada.



Finalmente, gostaria de sublinhar que a abordagem aqui sugerida por mim, ao passo que abrange uma mudança substancial na ênfase dada, não contradiz necessariamente as propostas contidas no Programa de Trabalho Alternativo da Comissão Mundial.

TABELA 1

## AMÉRICA LATINA - EVOLUÇÃO DO PNB PER CAPITA

| PAÍS               | DÓLARES (PREÇOS 1970) |       |       |                   | TAXA DE CRESCIMENTO |       |       |       | TAXA ACUMULADA    |                        |
|--------------------|-----------------------|-------|-------|-------------------|---------------------|-------|-------|-------|-------------------|------------------------|
|                    | 1970                  | 1980  | 1983  | 1984 <sup>b</sup> | 1980                | 1981  | 1982  | 1983  | 1984 <sup>b</sup> | 1981-1984 <sup>b</sup> |
| Argentina          | 1 241                 | 1 334 | 1 166 | 1 177             | -0.9                | -7.7  | -6.6  | 1.4   | 0.9               | -11.8                  |
| Bolivia            | 317                   | 382   | 295   | 288               | -2.1                | -3.5  | -11.1 | -10.0 | -2.2              | -24.6                  |
| Brazil             | 494                   | 887   | 798   | 809               | 4.8                 | -3.8  | -1.3  | -5.3  | 1.3               | -8.9                   |
| Colombia           | 598                   | 824   | 804   | 812               | 1.9                 | 0.1   | -1.2  | -1.4  | 1.0               | -1.5                   |
| Costa Rica         | 740                   | 974   | 834   | 837               | -2.1                | -4.9  | -9.7  | -0.3  | 0.4               | -14.1                  |
| Cuba <sup>c</sup>  | ---                   | ---   | ---   | ---               | -1.9                | 14.9  | 2.0   | 4.6   | ---               | 22.6 <sup>d</sup>      |
| Chile              | 958                   | 1 045 | 895   | 928               | 6.2                 | 4.1   | -15.7 | -2.4  | 3.6               | -11.2                  |
| Ecuador            | 413                   | 723   | 678   | 673               | 1.9                 | 1.0   | -1.1  | -6.1  | -0.7              | -6.9                   |
| El Salvador        | 422                   | 433   | 344   | 339               | -11.3               | -10.9 | -8.3  | -2.9  | -1.4              | -21.8                  |
| Guatemala          | 448                   | 589   | 512   | 497               | 0.9                 | -2.1  | -6.2  | -5.4  | -2.8              | -15.5                  |
| Haiti              | 90                    | 114   | 99    | 100               | 5.1                 | -5.2  | -4.9  | -3.1  | 0.4               | -12.2                  |
| Honduras           | 313                   | 356   | 318   | 314               | -0.8                | -2.3  | -5.1  | -3.8  | -1.4              | -12.0                  |
| Mexico             | 978                   | 1 366 | 1 284 | 1 280             | 5.5                 | 5.1   | -3.1  | -7.7  | -0.3              | -6.3                   |
| Nicaragua          | 418                   | 337   | 331   | 322               | 6.7                 | 2.0   | -4.4  | 0.5   | -2.8              | -4.7                   |
| Panama             | 904                   | 1 174 | 1 214 | 1 188             | 10.5                | 1.9   | 3.2   | -1.8  | -2.2              | 1.1                    |
| Paraguay           | 383                   | 642   | 612   | 611               | 7.9                 | 5.4   | -3.9  | -5.9  | -0.1              | -4.8                   |
| Peru               | 659                   | 690   | 593   | 598               | 1.2                 | 1.2   | -2.2  | -13.2 | 0.9               | -13.3                  |
| Dominican Republic | 398                   | 601   | 615   | 611               | 3.6                 | 1.6   | -0.7  | 1.5   | -0.7              | 1.7                    |
| Uruguay            | 1 097                 | 1 426 | 1 226 | 1 195             | 5.3                 | 1.2   | -10.3 | -5.3  | -3.5              | -16.2                  |
| Venezuela          | 1 239                 | 1 310 | 1 147 | 1 097             | -5.1                | -3.3  | -7.2  | -7.4  | -4.4              | -16.2                  |
| Total <sup>e</sup> | 709                   | 982   | 893   | 895               | 3.1                 | -0.7  | -3.3  | -5.3  | 0.2               | -8.9                   |

Source: ECLAC, on the basis of official figures.

<sup>a</sup>At market prices.<sup>b</sup>Provisional estimates subject to revision.<sup>c</sup>Refers to total social product.<sup>d</sup>Refers to 1981-1983.<sup>e</sup>Average, excluding Cuba.

TABELA 2

## AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO URBANO - 1979-1984

(Taxas Médias Anuais)

| PAÍS                    | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 |
|-------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Argentina <sup>a</sup>  | 2.0  | 2.3  | 4.5  | 4.8  | 4.1  | 4.0  |
| Bolivia <sup>b</sup>    | 7.6  | 7.5  | 9.7  | 9.4  | 12.1 | 13.3 |
| Brazil <sup>c</sup>     | 6.4  | 7.2  | 7.9  | 6.3  | 6.7  | 7.5  |
| Colombia <sup>d</sup>   | 8.9  | 9.7  | 8.2  | 9.3  | 11.8 | 13.5 |
| Costa Rica <sup>e</sup> | 5.3  | 6.0  | 9.1  | 9.9  | 8.5  | 7.9  |
| Chile <sup>f</sup>      | 13.4 | 11.7 | 9.0  | 20.0 | 19.0 | 18.6 |
| Mexico <sup>g</sup>     | 5.7  | 4.5  | 4.2  | 4.1  | 6.9  | 6.3  |
| Nicaragua <sup>h</sup>  | 21.4 | 18.3 | 15.9 | 18.5 | 18.9 | 19.8 |
| Panama <sup>i</sup>     | 11.6 | 9.8  | 11.8 | 10.3 | 11.2 | ...  |
| Paraguay <sup>j</sup>   | 5.9  | 4.1  | 2.2  | 5.6  | 8.4  | ...  |
| Peru <sup>k</sup>       | 6.5  | 7.1  | 6.8  | 7.0  | 9.2  | 10.9 |
| Uruguay <sup>l</sup>    | 8.3  | 7.4  | 6.7  | 11.9 | 15.5 | 14.5 |
| Venezuela <sup>m</sup>  | 5.8  | 6.6  | 6.8  | 7.8  | 10.5 | 13.9 |

Source: ECLAC and PREALC, on the basis of official figures.

<sup>a</sup> Greater Buenos Aires. Average April-October, 1984, April.<sup>b</sup> La Paz, 1977, 1978 and 1979, second semester; 1980, average May-October; 1983, second semester; 1984, first semester.<sup>c</sup> Metropolitan areas of Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador and Recife. Average for 12 months; 1980, average June-December; 1984, average January-October.<sup>d</sup> Bogotá, Barranquilla, Medellín and Cali. Average for March, June, September and December; 1984, average for March, June and September.<sup>e</sup> National urban. Average for March, July and November; 1984, March.<sup>f</sup> Greater Santiago. Average for four quarters; 1984, average for three quarters. As from August 1983 data relate to the metropolitan area of Santiago.<sup>g</sup> Metropolitan areas of Mexico City, Guadalajara and Monterrey. Average for four quarters. 1984, average for first two quarters.<sup>h</sup> 1979 to 1981, non-agricultural activities; 1982 to 1984, an estimate.<sup>i</sup> National urban; 1980, urban unemployment recorded in the population census taken in that year; 1981, 1982 and 1983, metropolitan area.<sup>j</sup> Asunción, Fernando de la Mora, Lambaré and urban areas of Luque and San Lorenzo, annual average; 1981, first semester; 1982, second semester.<sup>k</sup> Metropolitan Lima. 1970, August-September; 1978, average for July-August; 1979, August-September; 1980, April; 1981, June; 1982, 1983 and 1984, official estimate for the whole country.<sup>l</sup> Montevideo. Average for two semesters. 1984, average January-September.<sup>m</sup> National urban. Average for two semesters; 1984, first semester.

TABELA 3

## AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AO CONSUMIDOR

(Variações de Dezembro a Dezembro)

| País  | 1980 | 1981  | 1982  | 1983  | 1984                 |
|---|------|-------|-------|-------|----------------------|
| Latin America <sup>a</sup>                    | 56.5 | 56.8  | 84.5  | 130.8 | 175.4                |
| Países com Inflação Tradicionalmente Elevada  | 61.5 | 71.7  | 102.8 | 156.6 | 208.0                |
| Argentina                                     | 87.6 | 131.2 | 209.7 | 433.7 | 675.0 <sup>b</sup>   |
| Bolivia <sup>d</sup>                          | 23.9 | 25.2  | 296.5 | 328.5 | 1 682.3 <sup>b</sup> |
| Brazil <sup>d</sup>                           | 95.3 | 91.2  | 97.9  | 179.2 | 194.7 <sup>b</sup>   |
| Colombia <sup>e</sup>                         | 26.5 | 27.5  | 24.1  | 16.5  | 16.4 <sup>b</sup>    |
| Chile   | 31.2 | 9.5   | 20.7  | 23.6  | 22.2 <sup>b</sup>    |
| Mexico  | 29.8 | 28.7  | 98.8  | 80.8  | 59.2 <sup>b</sup>    |
| Peru  | 59.7 | 72.7  | 72.9  | 125.1 | 105.8 <sup>b</sup>   |
| Uruguay                                       | 42.8 | 29.4  | 20.5  | 51.5  | 63.8 <sup>b</sup>    |
| Países com Inflação Tradicionalmente Moderada | 15.4 | 14.1  | 12.6  | 17.2  | 17.0                 |
| Barbados                                      | 16.1 | 12.3  | 6.9   | 5.5   | 3.9 <sup>f</sup>     |
| Costa Rica                                    | 17.8 | 65.1  | 81.7  | 10.7  | 15.7 <sup>g</sup>    |
| Ecuador <sup>h</sup>                          | 14.5 | 17.9  | 24.3  | 52.5  | 19.1 <sup>g</sup>    |
| El Salvador                                   | 18.6 | 11.6  | 13.8  | 15.5  | 13.1 <sup>g</sup>    |
| Guatemala                                     | 9.1  | 8.7   | -2.0  | 15.4  | ...                  |
| Guyana  | 8.5  | 29.1  | ...   | ...   | ...                  |
| Haiti <sup>i</sup>                            | 15.3 | 16.4  | 6.2   | 12.2  | 8.6 <sup>j</sup>     |
| Honduras                                      | 15.0 | 9.2   | 9.4   | 10.2  | 6.9 <sup>k</sup>     |
| Jamaica                                       | 28.6 | 4.8   | 7.0   | 14.5  | 33.1 <sup>l</sup>    |
| Nicaragua                                     | 24.8 | 23.2  | 22.2  | 32.9  | 40.0 <sup>c</sup>    |
| Panama  | 14.4 | 4.8   | 3.7   | 2.0   | 1.1 <sup>g</sup>     |
| Paraguay                                      | 8.9  | 15.0  | 4.2   | 14.1  | 25.4 <sup>g</sup>    |
| Dominican Republic                            | 4.2  | 7.4   | 7.1   | 9.8   | 21.2 <sup>m</sup>    |
| Trinidad and Tobago                           | 16.6 | 11.6  | 10.8  | 15.4  | 13.4 <sup>f</sup>    |
| Venezuela                                     | 19.6 | 10.8  | 7.9   | 7.0   | 15.7 <sup>g</sup>    |

Source: International Monetary Fund, *International Financial Statistics*, November 1984, and official information supplied by the countries.

Totals for Latin America and partial figures for groups or countries represent average variations by countries, weighted by the population in each year.

<sup>a</sup>Variation between November 1984 and November 1983. <sup>b</sup>Variation between September 1984 and September 1983. <sup>c</sup>Up to 1979, figures represent the Consumer Price Index in the city of Rio de Janeiro; from 1980 onwards, the variation in the national total. <sup>d</sup>Up to 1980, figures represent the variation in the Consumer Price Index for manual workers; from 1981 onwards, the variation in the national total, including manual workers and employees.

<sup>e</sup>Variation between August 1984 and August 1983. <sup>f</sup>Variation between October 1984 and October 1983. <sup>g</sup>Up to 1982, figures represent the variation in the Consumer Price Index in the city of Quito; from 1983 onwards, the national Consumer Price Index, urban area. <sup>h</sup>The series represents the variation between September of the year indicated and September of the preceding year. <sup>i</sup>Variation between June 1984 and June 1983.

<sup>j</sup>Variation between March 1984 and March 1983. <sup>k</sup>Variation between July 1984 and July 1983. <sup>l</sup>Variation between May 1984 and May 1983.

TABELA 4

## AMÉRICA LATINA: FINANCIAMENTO LÍQUIDO DISPONÍVEL APÓS PAGAMENTO DE JUROS E LUCROS

(Bilhões de Dólares)

| ANO                  | Fluxo Líquido<br>De Capital | Pagamentos Lí-<br>quidos de lu-<br>cros e juros | Financiamento<br>Líquido Disponí-<br>vel (3)=(1)-(2) | Finan. Líquido<br>Real Disponível<br>a | Exportação<br>bens e ser-<br>viços | Financiamento Líqui-<br>do Disponível/ex-<br>portação bens e ser-<br>viços b<br>(6)=(3)/(5)<br>(6) |
|----------------------|-----------------------------|---|--|--|------------------------------------|--|
|                      | (1)                         | (2)   | (3)  | (4)                                    | (5)                                | (6)  |
| 1973-81 <sup>c</sup> | 21.2                        | 11.0  | 10.2   | 15.3                                   | 64.4                               | 15.8   |
| 1982                 | 19.2                        | 37.6  | -18.4  | -19.1                                  | 101.9                              | -18.1  |
| 1983 <sup>d</sup>    | 4.4                         | 34.5  | -30.1  | -30.9                                  | 100.5                              | -30.0  |
| 1984 <sup>d</sup>    | 10.6                        | 37.3  | -26.7  | -26.7                                  | 113.0                              | -23.6  |

FONTE: Fundo Monetário Internacional, Anuário da Balança de Pagamentos (vários números); estimativas ECLAC, baseadas nos números oficiais.

a Obtida pela deflação da Coluna 3 do Índice Geral de Preços dos Estados Unidos. Base: 1984=100.

b Porcentagem  
Estimativa provisória sujeita à revisão

c Média anual para o período

d Estimativa Provisória sujeita à revisão

TABELA 5

## AMÉRICA LATINA: DESEMBOLSO TOTAL DA DÍVIDA EXTERNA

(Balanço de Fim de Ano, US\$ Bilhões)

| Países               | 1978  | 1979  | 1980  | 1981  | 1982  | 1983  | 1984 <sup>a</sup> |
|----------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------------|
| América Latina       | 150.8 | 181.9 | 221.0 | 275.4 | 315.3 | 340.9 | 360.1             |
| Exportadoras         |       |       |       |       |       |       |                   |
| Argentina            | 64.3  | 77.5  | 92.3  | 118.9 | 135.6 | 145.6 | 153.4             |
| Bolívia              | 1.7   | 1.9   | 2.2   | 2.4   | 2.3   | 3.0   | 3.2               |
| Brasil               | 2.9   | 3.5   | 4.6   | 5.8   | 6.1   | 6.6   | 6.8               |
| México               | 33.9  | 39.6  | 49.3  | 72.0  | 85.5  | 90.0  | 95.9              |
| Paraguai             | 9.3   | 9.3   | 9.5   | 9.6   | 11.0  | 12.4  | 13.5              |
| Venezuela            | 16.3  | 23.0  | 26.5  | 29.0  | 31.0  | 33.5  | 34.0              |
| Importadoras         |       |       |       |       |       |       |                   |
| Argentina            | 86.5  | 104.3 | 128.7 | 156.4 | 179.6 | 195.2 | 206.7             |
| Bolívia              | 12.4  | 19.0  | 27.1  | 35.6  | 43.6  | 45.5  | 48.0              |
| Brasil               | 52.2  | 58.9  | 68.3  | 78.5  | 87.5  | 96.5  | 101.8             |
| Colômbia             | 4.2   | 5.1   | 6.2   | 7.9   | 9.4   | 10.4  | 10.8              |
| Costa Rica           | 1.8   | 2.3   | 3.1   | 3.3   | 3.4   | 3.8   | 4.0               |
| El Salvador          | 6.6   | 8.4   | 11.0  | 15.5  | 17.1  | 17.4  | 18.4              |
| Guatemala            | .9    | .9    | 1.1   | 1.4   | 1.6   | 2.0   | 2.3               |
| Haiti                | .8    | .9    | 1.0   | 1.4   | 1.5   | 1.7   | 1.9               |
| Honduras             | .2    | .2    | .2    | .3    | .4    | .4    | .6                |
| Paraguai             | .9    | 1.2   | 1.5   | 1.7   | 1.8   | 2.0   | 2.2               |
| Uruguai              | .9    | 1.1   | 1.5   | 2.1   | 2.7   | 2.0   | 2.2               |
| Uruguai              | 1.7   | 2.0   | 2.2   | 2.3   | 2.8   | 3.2   | 3.5               |
| República Dominicana | .6    | .7    | .8    | .9    | 1.2   | 1.4   | 1.5               |
| Uruguai              | 1.3   | 1.5   | 1.8   | 1.8   | 1.9   | 2.5   | 2.8               |
| Uruguai              | 1.2   | 1.6   | 2.1   | 3.1   | 4.2   | 4.5   | 4.7               |

Fonte: ECLAC, on the basis of official information; Brazil and Venezuela: ECLAC, on the basis of data from the Bank for International Settlements.

<sup>a</sup> Provisional figures. <sup>b</sup> Figures not comparable with those previous to 1982, owing to the inclusion of the Mexican commercial banks' debt.

<sup>c</sup> Including commercial banks' debt. Estimates on the basis of data supplied by the Secretariat of Finance and Public Credit.

<sup>d</sup> Public debt plus the non-guaranteed long- and short-term debt with financial institutions reporting to the Bank for International Settlements.

<sup>e</sup> Including the total medium- and long-term debt plus the short-term debt with financial institutions reporting to the Bank for International Settlements.

<sup>f</sup> Short-, medium- and long-term debt, excluding the debt with IMF and short-term credits for foreign trade operations.

<sup>g</sup> In the month of September.